ELEIÇÕES

Porta-voz de Lula para evangélicos

Pastor Marcelo Schallenberger, da Assembleia de Deus, fará a ponte entre o petista e o segmento religioso, tido como bolsonarista

» DEBORAH HANA CARDOSO

Apesar do senso comum de que o eleitorado evangélico vota igual e estaria fechado com o presidente Jair Bolsonaro (PL), o pastor Paulo Marcelo Schallenberger sustenta que nas igrejas há mais diversidade, incluindo aqueles dispostos a votar no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Schallenberger é um dos simpatizantes de Lula e foi escolhido pelo petista para fazer a ponte entre ele e os evangélicos, de olho nas eleições de outubro.

Em entrevista ao **Correio**, ontem, o líder da Assembleia de Deus do Ministério do Belém, denominação pentecostal, explicou que a escolha de um lado político dentro da igreja, de uma maneira tão polarizada, é uma novidade destes tempos. "O povo da igreja nunca foi manipulado da forma que foi. Antes, era apenas orientado à urna", disse. De acordo com Schallenberger, antes, os pastores ensinavam que a política "era do diabo" e, por isso, os fiéis não se envolviam.

Durante a eleição de 2014, porém, o voto evangélico quase levou Marina Silva ao segundo turno e, então, a chave virou. "Se antes política era do diabo, agora é: 'Se não tivermos um representante, nós seremos governados pelo diabo'. A igreja começou a querer esse poder para si e, daí, nasceu o bolsonarismo", argumentou.

Discurso de ódio

Para o pastor, desmistificar e retirar a influência de Bolsonaro das igrejas é uma luta contra o discurso de ódio. Nessa missão, segundo ele, está Lula, que caminha para o centro e, lá, estão os eleitores com uma *Bíblia*.

População evangélica

Em 2020, o Instituto Datafolha publicou levantamento segundo o qual os evangélicos representavam 31% da população, o que, à época, equivalia a 65,4 milhões de pessoas.

> **A igreja era perseguida e, agora, persegue. Tornou-se massa de manobra e uma milícia digital"**
>
> ***Paulo Marcelo Schallenberger, pastor***

Nesse centro delicado aparece, também, o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin, considerado por Schallenberger uma peça importante nesse xadrez do voto da fé. O ex-tucano é cotado para ser vice na chapa de Lula. "Como cristão, Alckmin é muito importante, e mais: eu sou de São Paulo, e ele, além de ter sido governador por quatro mandatos, tem uma abertura com as igrejas evangélicas incrível", frisou. "Inclusive, se encontrou com o bispo Samuel Ferreira, da Assembleia de Deus do Ministério de Madureira, há poucos dias. Ele está se alinhando para conversar com as lideranças evangélicas do estado de São Paulo", acrescentou.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Para Schallenberger, desmistificar e retirar a influência de Bolsonaro das igrejas é uma luta contra o discurso de ódio

Conforme o pastor, ser evangélico nunca foi perseguir pessoas que pensam ou vivem de forma diferente daquilo que é pregado. "A igreja era perseguida e, agora, persegue. Tornou-se massa de manobra e uma milícia digital", criticou.

A afirmação aponta a influência de grupos de WhatsApp e Telegram dentro dessas instituições, onde os fiéis se informam e interagem. "Se o homem de Deus (pastores, bispos, cooperadores) estão dizendo para mim que aquilo não é bom, eu não buscarei informação. Se vem no WhatsApp do meu grupo da igreja, por que pegar um livro ou acessar o Google? Para que ler um jornal?", enfatizou.

Podcast

Em breve, o PT lançará um podcast que contará com Schallenberger como porta-voz da comunidade pentecostal, além do secretário de comunicação da sigla, Jilmar Tatto; e do ex-prefeito de Carapicuíba (SP) Sérgio Ribeiro, também pastor e antropólogo. O intuito é levar a legenda ao centro, o que casa com a união de Lula com Alckmin. "Não sabemos qual será o efeito. Não vamos fugir de pautas. Quer conversar sobre o aborto? Vamos sentar e conversar", disse Schallenberger.

Alckmin "praticamente certo" como vice

O ex-governador de São Paulo Márcio França (PSB) disse, ontem, que Geraldo Alckmin (sem partido) está "praticamente certo" como vice do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Alckmin e Lula voltaram a se encontrar na última sexta-feira,na casa do ex-ministro Fernando Haddad (PT). Foi o terceiro encontro entre os antigos adversários políticos desde que se iniciaram as negociações para formação de chapa na disputa ao Planalto. De acordo com França, Alckmin também deverá se filiar ao PSB.

"Alckmin, praticamente, está certo da história de vice com o Lula. E eu diria que, com relação ao partido, 99% de chance de ele estar no PSB. É o desejo dele", afirmou o ex-governador em entrevista à BandNews TV. Segundo ele, a aliança é um aceno do ex-presidente para "outro público". "Você escolhe coligação a fim de trazer um público que não é exatamente o seu, falar com para outro público, e é isso que eu imagino que também passe pela cabeça de Lula", frisou.

Atualmente, discordâncias de nível estadual são um dos principais empecilhos para o acordo entre as siglas. No último sábado, o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), recebeu o pré-candidato à presidência Sergio Moro (Podemos), o que provocou um "mal-estar" na cúpula petista. Já em São Paulo, o PT quer lançar Haddad ao Palácio dos Bandeirantes, enquanto o PSB não pretende abrir mão da candidatura de França.

Para definir quem será candidato em São Paulo, França citou um pré-acordo entre PT e PSB. De acordo com ele, os partidos terão "prerrogativa de indicação" nos estados que já governam — Rio Grande do Norte, Bahia, Piauí e Ceará, no caso do PT; Espírito Santo, Maranhão e Pernambuco, no caso do PSB. Nos estados onde os partidos não chegarem a um consenso será realizada uma pesquisa entre maio e junho.

"Eu suponho que posso ser competitivo. E o Haddad disputou a Presidência da República, é um nome famoso, uma pessoa de muita confiança do presidente Lula, tem muitos méritos. Ele também quer ser", ressaltou. "Então, ficou combinado de se fazer uma pesquisa em maio, junho, e quem tiver melhor situado terá preferência na escolha. Parece que é uma escolha justa, coloca todos em pé de igualdade", acrescentou.

O pessebista acredita que o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), vai abandonar a pré-candidatura à Presidência e disputar a reeleição, o que dificultaria o pleito. "É a cara dele recuar para disputar o governo, os números dele nacionais são muito ruins", avaliou.

> **Você escolhe coligação a fim de trazer um público que não é exatamente o seu, falar com para outro público, e é isso que eu imagino que também passe pela cabeça de Lula"**
>
> ***Márcio França,** ex-governador de São Paulo*

PGR tem de decidir sobre Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu 15 dias para a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestar sobre o relatório em que a Polícia Federal afirma que o presidente Jair Bolsonaro (PL) agiu para promover informações falsas sobre o sistema eleitoral.

Ao apresentar o documento, em dezembro do ano passado, a delegada federal Denisse Dias Rosas Ribeiro disse ver "atuação direta" do presidente na disseminação de "ilações" sobre as urnas.

O parecer da PGR tem de dizer se há elementos para denunciar Bolsonaro ou se o caso deve ser arquivado. Há ainda uma terceira alternativa: um eventual pedido para estender o inquérito contra o chefe do Executivo.

A PF deu a investigação como encerrada ao apresentar o relatório final ao STF, após quatro meses de trabalho. A apuração foi aberta na esteira da live realizada por Bolsonaro, em 29 de julho do ano passado, transmitida simultaneamente pelas redes sociais e pela TV Brasil, para questionar a segurança das urnas.

"Restou caracterizado pelas narrativas das pessoas envolvidas que a chamada live presidencial foi um evento previamente estruturado com o escopo de defender uma teoria conspiratória que os participantes já sabiam inconsistente", diz um trecho do relatório da PF.

Compartilhamento

Além de cobrar manifestação da PGR, Moraes autorizou o compartilhamento das provas reunidas na investigação sobre a live de Bolsonaro com o inquérito das milícias digitais e com o procedimento aberto no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre fake news e ataques às eleições.

Na semana passada, a investigação das milícias digitais foi abastecida com o material colhido em outra frente de apuração que atinge o chefe do Executivo: a que mirou o vazamento de dados sigilosos da PF sobre uma tentativa de ataque hacker aos sistemas do TSE.

Consulta ao TSE sobre PEC dos combustíveis

» LUANA PATRIOLINO
» ROSANA HESSEL

A Advocacia-Geral da União (AGU) vai apresentar uma consulta formal ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre legitimidade de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para a redução do preço dos combustíveis neste ano eleitoral.

A decisão ocorreu após uma reunião entre representantes do Palácio do Planalto e os presidentes do Congresso Nacional e a Corte eleitoral. Em busca de uma solução para o impasse, o presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, afirmou que trabalha para que a demanda tramite o mais rápido possível. Segundo o magistrado, o assunto precisa ter seus requisitos processuais previamente examinados.

Estiveram na reunião os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira; e o advogado-geral da União, Bruno Bianco, além dos ministros Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

O objetivo do encontro, de acordo com a assessoria, era "tratar dos limites das alterações legislativas em ano eleitoral". A pauta dos combustíveis, portanto, não foi deixada de fora. A dúvida foi levantada pela equipe jurídica do Planalto, que teme ferir a legislação eleitoral no ano em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) busca a recondução.

A lei proíbe a concessão de benefícios neste período por conta da interpretação de que seriam eleitoreiros. "A legislação já identificou esse fenômeno e prevê vários mecanismos de proibição, já que o governante que está na frente da máquina pública pode concentrar esforços nos últimos meses de mandato e utilizar a memória curta dos eleitores a seu favor", explicou o advogado Ronan Gomez de Holanda, especialista em direito eleitoral.

O Congresso também está de olho no tema. Somente nesta semana, por exemplo, dois textos podem ser votados no Senado: o primeiro cria um fundo de estabilização dos preços do diesel, da gasolina e do gás. O segundo altera a forma de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em relação ao diesel.

Ed Alves/CB/D.A Press



Bianco quer saber se há legitimidade na PEC em ano eleitoral

Desde o início do governo do Bolsonaro, a gasolina e o gás de cozinha subiram cinco vezes mais do que a inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, enquanto o diesel subiu quatro vezes, segundo um levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), divulgado ontem.

Desde janeiro de 2019, início da gestão atual, a gasolina teve reajuste de 116%, ante uma inflação de 20,6% no período. No gás de cozinha, a alta foi de 100,1%, e no diesel, de 95,5%, de acordo com dados da Petrobras analisados pelo Dieese.

Renato Ribeiro de Almeida, especialista em direito eleitoral, destacou que é clara a intenção eleitoreira em diminuir os preços dos combustíveis. "Estaria se fazendo uma redução tributária para conquistar votos", disse.

Vale lembrar que a inflação elevada vem deixando Bolsonaro preocupado com a campanha eleitoral. Ele, inclusive, já demonstrou ser favorável à mudança na Constituição para reduzir tributos sobre os combustíveis. A rejeição do chefe do Executivo continua elevada enquanto a inflação deste ano dá sinais de que será persistente, se tornando uma pedra no sapato do presidente.

Leia mais sobre PEC dos Combustíveis na página 8